

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I A TEORIA ECONÔMICA NEOCLÁSSICA COMO	
PONTO DE PARTIDA.....	5
1.1. Da economia política tradicional à economia neoclássica	6
1.2. As suposições centrais para a economia neoclássica	8
1.2.1. O comportamento dos agentes econômicos	9
1.2.2. A dinâmica do sistema de mercado	10
1.2.3. Algumas ressalvas.....	11
1.3. O problema da incerteza e as transformações do modelo neoclássico.....	14
1.3.1. Frank H. Knight e a revisão do modelo por uma perspectiva interna.....	15
1.3.2. Friedrich A. Hayek e a crítica da Escola Austríaca.....	17
1.3.3. Risco e incerteza na microeconomia contemporânea.....	19
1.3.4. A administração de risco como disciplina.....	22
1.4. Os arranjos institucionais – riscos e conformação dos mercados.....	25
1.4.1. A alocação dos riscos por meio do mercado.....	26
1.4.2. A alocação dos riscos fora do mercado	29
1.5. A transição do regime de mercado para o regime extramercado	33
1.5.1. O monopólio e a concentração de poder nos mercados.....	36
1.5.2. As assimetrias informacionais e outros problemas correlatos.....	37
1.5.2.1. A relação <i>principal-agent</i>	39
1.5.2.2. O <i>moral hazard</i>	40
1.5.2.3. A seleção adversa.....	41
1.5.2.4. A sinalização	42
1.5.3. As externalidades	43
1.5.4. Os bens coletivos.....	45
1.6. Um esquema para a análise do mercado financeiro e da sua regulação.....	46

CAPÍTULO II	O PROCESSO DE INOVAÇÃO FINANCEIRA –	
	PRODUTOS E INSTRUMENTOS.....	53
2.1.	"Mercado" e "soluções de mercado" – aspectos conceituais	53
2.2.	As inovações financeiras – considerações preliminares.....	56
2.3.	A moeda – primeira inovação financeira.....	64
2.4.	As operações bancárias típicas.....	70
2.5.	O contrato de seguro	75
2.6.	Os mercados de valores mobiliários e de títulos em geral.....	80
2.6.1.	Os títulos acionários e o mercado de valores mobiliários.....	81
2.6.1.1.	Emissão de ações e administração de risco	81
2.6.1.2.	O conceito de ação (e uma introdução à problemática da definição de valor mobiliário).....	82
2.6.2.	Os títulos de dívida	87
2.6.2.1.	Os títulos emitidos por agentes não-financeiros	88
2.6.2.2.	Os títulos emitidos por bancos.....	95
2.6.2.3.	Os títulos emitidos pelo governo	97
2.7.	Os instrumentos derivativos	99
2.7.1.	Os contratos a termo.....	103
2.7.2.	Os contratos futuros.....	106
2.7.3.	Os <i>swaps</i>	111
2.7.4.	As opções	115
2.7.5.	Outras inovações mais recentes – os derivativos de crédito.....	118
2.7.6.	O regime legal dos derivativos no Brasil	120
2.8.	Instrumentos financeiros e organização das atividades financeiras	124
CAPÍTULO III	ESTRUTURAS DE NEGOCIAÇÃO E AGENTES DE	
	MERCADO	125
3.1.	O mercado financeiro e de capitais – definição e categorias	125
3.2.	A organização dos mercados – alguns aspectos técnicos	129
3.2.1.	As bolsas – organização e funcionamento.....	130
3.2.2.	Os sistemas de negociação em "balcão"	143
3.3.	A intermediação financeira	145
3.3.1.	Conceito de intermediação financeira e as suas finalidades	145
3.3.2.	A tipologia dos intermediários financeiros.....	148
3.3.3.	Movimentos de concentração – alguns aspectos institucionais	153
3.4.	O regime das atividades de intermediação no Brasil.....	155
3.4.1.	O conceito de instituição financeira.....	155

3.4.2. As instituições financeiras em espécie.....	160
3.4.2.1. As chamadas "instituições creditícias"	160
3.4.2.2. Os demais intermediários financeiros – instituições "auxiliares", inclusive investidores institucionais	166
3.5. Intermediação financeira, administração de risco e estruturas de regulação	172

CAPÍTULO IV A REGULAÇÃO FINANCEIRA EM ESPÉCIE175

4.1. Problemas para a definição de regulação – esclarecimentos preliminares.	182
4.2. As formas jurídicas e a atividade regulatória	184
4.3. As finalidades da regulação financeira	187
4.3.1. A dimensão sistêmica das atividades bancárias.....	189
4.3.2. O problema das assimetrias informacionais	192
4.4. Uma tipologia para a regulação financeira	193
4.5. As estruturas institucionais para a regulação financeira	195
4.5.1. Os padrões gerais de organização institucional da regulação financeira	197
4.5.2. As estruturas para a regulação financeira e os reguladores no Brasil	201
4.5.3. Outras questões referentes aos arranjos para a regulação financeira	206
4.5.3.1. O papel dos mecanismos de defesa da concorrência	207
4.5.3.2. O papel da auto-regulação.....	211
4.5.3.3. A regulamentação das operações "cross-border" e o advento dos "reguladores" internacionais	217
4.6. A regulação financeira em espécie	223
4.6.1. A regulação de condutas.....	223
4.6.2. A regulação sistêmica	231
4.6.2.1. Os regimes excepcionais aplicáveis às instituições em crise.....	232
4.6.2.2. Os fundos ou seguros garantidores de depósitos.....	238
4.6.2.3. A organização do sistema de pagamentos	240
4.6.2.4. O banco central como provedor de liquidez	245
4.6.3. A regulação prudencial	247
4.6.3.1. A autorização para o funcionamento das instituições financeiras	250

4.6.3.2. Controles de risco e de adequação patrimonial.....	251
4.6.3.3. As atividades de supervisão e o envio de informações.....	252
4.7. Uma síntese: medidas regulatórias e objetivos de regulação.....	254
4.8. Padrões da regulação financeira e peculiaridades locais	258

CAPÍTULO V OS CAMINHOS DA REGULAÇÃO FINANCEIRA

NO BRASIL	261
5.1. Os primórdios – o Sistema Financeiro Nacional até 1964.....	263
5.2. Padrões de evolução a partir de 1964	266
5.2.1. Linhas gerais do novo modelo	266
5.2.2. A burocratização e seus efeitos no campo jurídico	272
5.3. As décadas de 1970 e 1980 como período intermediário	275
5.4. A década de 1990 e os novos rumos da regulação financeira	278
5.5. As transformações estruturais da regulação financeira – uma síntese	284
CONCLUSÕES	287
BIBLIOGRAFIA	289